

Intervenção abertura debate de urgência sobre pesca Zuraida Soares | Setembro 2017

No sector das pescas da nossa Região, temos vindo a assistir - de forma continuada -, a uma evolução negativa, quer na quantidade de pescado, quer no seu valor.

Neste quadro, têm sido os pescadores as grandes vítimas - e, reparem bem, digo pescadores e não armadores, porque a confusão entre estes conceitos tem sido extremamente prejudicial aos primeiros.

Estamos cientes de que esta contracção do sector afecta todos os intervenientes da fileira da pesca mas, indiscutivelmente, são os pescadores os mais penalizados.

A situação chegou a um ponto que não pode ser mais mascarada, através de medidas pontuais, malabarismos políticos ou constantes promessas de estudos, de levantamentos, de planos e até de resgates que, até hoje, nunca chegaram a ver a luz do dia.

Também por isso, não podemos continuar a assistir ao espetáculo pouco edificante de solenes declarações de que os stocks estão em perigo, hoje, para pouco depois negar a realidade de ontem.

Estas práticas políticas ziguezagueantes, com base no critério do "safámo-nos, porque conseguimos empurrar os problemas com a barriga" não serve a Região, não serve os diferentes protagonistas do sector e, menos ainda, os pescadores, os quais constituem a base da pirâmide.

Aliás, esta política do "safemo-nos" (ou "safámo-nos"), não é nova. Todos/as nos lembramos dos protestos de todos os agentes políticos - e não só! -, quando a gestão da nossa Zona Económica, para lá das 100 milhas, passou para a Comissão Europeia. Porém, quando surgiu, em 2007, uma oportunidade para reverter esta situação (através da proposta de uma derrogação, no Tratado de Lisboa), PS, PSD e CDS uniram-se, nesta Casa, para derrotar uma proposta do Bloco de Esquerda, exactamente nesse sentido.

Isto é, a bem da festa de Lisboa, lá se foram "Os Açores primeiro"!

Na governação deste sector, o "safemo-nos" (ou "safámo-nos") já vem de longe mas, hoje, somos confrontados com resultados e números que não permitem a continuação deste tipo de políticas.

Em 2010, o valor do pescado, nos Açores, foi de 39 milhões e quinhentos mil euros; em 2016, foi de 25 milhões e 800 mil euros.

Em 2010, a quantidade de pescado foi de 19 mil toneladas; em 2016, foi de 6 mil e 200 toneladas.

Estes números não enganam.

Bem pode o Senhor Secretário Regional do Mar e o Governo ensaiar novas formas de discurso, sobre a valorização do pescado, fazendo bandeira do aumento do respectivo preço por quilo. A verdade é que todos/as sabemos que o preço de qualquer produto aumenta, quando escasseia.

E se não soubéssemos, bastar-nos-ia reler o Relatório de Interesse Regional sobre a Situação da Pesca, apresentado pelo Partido Socialista a este Parlamento, em inícios de 2012, para ficarmos a saber.

Em 7 anos, a quebra em valor do pescado foi de mais de 13 milhões de euros!

Sendo esta quebra continuada, desde 2010, certamente não será (não poderá ser!) por no ano de 2017 se esperar que esta curva descendente se atenuar (ou melhore mesmo qualquer coisa) que possamos começar a reclamar uma nítida retoma.

Em nossa opinião, este erro, esta precipitação, este "safámo-nos" (mais uma vez!) será fatal para o futuro deste sector .

Porque é da sustentabilidade dos nossos recursos piscícolas que falamos!

O Partido Socialista, no seu já referido Relatório de 2012, apontava (entre outros) dois aspectos concorrentes para uma séria ameaça à necessária sustentabilidade: o sobre dimensionamento do sector e o conseqüente excessivo esforço de pesca.



I Grupo Parlamentar I



Cinco anos passados (e com base neste diagnóstico, o qual subscrevemos), não se percebe que o número de pescadores fosse, em 2012, de 2658 e que, em 2017, seja de 3151 pescadores.

Só há uma conclusão possível: o Partido Socialista diagnostica um problema... mas trata outro!

E, quando a situação piora mais intensamente, assistimos a declarações do Senhor Presidente do Governo Regional, comprometendo-se com um resgate, que nunca aconteceu, sem que alguém perceba porque sim, ou porque não.

O certo é que o problema dos stocks, nesta área, é um ponto central.

Evidentemente que o saber de experiência feito - dos nossos armadores e dos nossos pescadores -, relativamente ao estado dos referidos stocks, tem que ser levado em consideração.

Mas, nestas matérias (como em muitas outras), o saber técnico-científico tem de ser o principal esteio das decisões políticas e, por maioria de razão, quando estão em causa avaliações duvidosas da Comissão Europeia.

O caso do goraz é, a nosso ver, bem exemplificativo da má gestão por parte do Governo Regional.

A quota do goraz foi diminuída pela União Europeia, enquanto todo o sector assume que esta espécie não tem problemas de stocks, nos Açores.

Não conseguimos perceber - sendo o goraz tão importante, na nossa pesca - que a contestação a esta imposição europeia não tivesse tido, por base, provas científicas do estado da arte.

É conhecida a oposição do Governo Regional aos defesos biológicos (por razões que a razão desconhece...ou talvez não), mas mais uma vez reiteramos a nossa estranheza, pelo facto do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores não ter dado um parecer fundamentado, aquando da recente análise, nesta Assembleia, de uma Petição que defendia o mencionado defeso.

Insisto: se quem sabe não fala...a ignorância há-de sempre servir a alguém!

A falta de uma base técnico-científica, nesta matéria, transpõe para a decisão política uma total arbitrariedade, bem como coloca este sector ao sabor dos interesses políticos, em cada momento, de quem está no governo.

Sendo assim, a recente decisão de aumentar, substancialmente, o esforço de pesca do chicharro, depende mais do período eleitoral que se aproxima, ou de uma decisão tecnicamente sustentada?

Convenhamos que, perante a trajetória assumida pelo Governo Regional, qualquer das versões é plausível.

E se assumirmos como boa a análise do já mencionado Relatório do Partido Socialista de que os meios técnicos e científicos disponíveis, na Região, para estudar tanto mar são escassos, então podemos concluir que não existe, nos Açores, um estudo sério do estado dos stocks e que a sustentabilidade é tratada conforme os objectivos políticos do momento.

Em resultado de toda esta política, os pescadores têm, crescentemente, sofrido agruras, meses a fio com ordenados na casa dos 100 euros, às vezes pouco mais, mas sempre longe, muito longe sequer do salário mínimo regional.

Diz o Governo Regional, na pessoa do Senhor Secretário do Mar, que isto não corresponde à verdade, até porque está na posse de um "petit" estudo, o qual prova que nenhum pescador dos Açores recebeu menos do que o salário mínimo regional. Porém, dezenas de pescadores disponibilizaram a sua folha de vencimentos, as quais provam, exactamente, o contrário!

Afinal, em que ficamos?

O Governo Regional também anda, há vários anos, a prometer o cumprimento da lei, ou seja, a existência de contratos de trabalho na pesca. Contudo, até hoje, nada de concreto aconteceu.



I Grupo Parlamentar I



Esta prática ilegal e injusta de sonegar aos pescadores o direito e a dignidade de terem um contrato de trabalho, como qualquer outro profissional, vai-se mantendo, porque também a gestão da pobreza pode dar ganhos políticos.

Quando se levanta este problema, o Governo e os armadores (independentemente da sua dimensão) estão, finalmente, de acordo. Não só o pseudo estudo do Governo Regional diz que toda a gente recebe (pelo menos!) o salário mínimo regional, como o Presidente da Federação dos armadores - apesar de não ir tão longe, quanto o Senhor Secretário - lança sobre os pescadores o ónus da fuga ao fisco. Aqui está uma Santa Aliança!

A acção do Governo Regional, na batalha pelo cumprimento da lei (no que respeita aos contratos de trabalho) torna-se uma caricatura, quando, no auge desse esforço hercúleo, ouvimos o Senhor Secretário Regional, em Rabo de Peixe, há cerca de um mês, fazer um apelo dramático para uma melhor distribuição dos quinhões.

Quanto ao processo de concretização e de implementação dos referidos contratos de trabalho...nada!

Mas ainda sobre a divisão da riqueza, no sector, várias questões se colocam.

Afirma o Senhor Secretário Regional que 30% do pescado foge ao fisco. Ora, fazendo fé nesta afirmação, estamos a falar num valor de pescado de 9 milhões de euros que fogem à lei - e isto no que diz respeito só ao ano de 2016!

Então, não admira que o quinhão permaneça e que os baixíssimos salários se perpetuem, porque o sector da pesca não é rentável. Não admira que a pobreza seja o destino marcado para a esmagadora maioria dos nossos pescadores, não só quando trabalham, mas também quando vão para a reforma. Até porque, com as actuais disposições da Segurança Social, toda a carreira contributiva de uma vida assenta em ordenados de miséria.

Convenhamos: o combate à fuga ao fisco é meio caminho andado para o combate à pobreza. Também por isso, em vez da mera e consternada constatação desta situação, o que se exige do Senhor Secretário e do Governo Regional é a concepção e a aplicação de medidas concretas para este combate.

Não raras vezes ouvimos dizer - em voz popular - que a lota "é uma máfia" e que "eles estão todos combinados para baixar os preços".

Em termos mais eruditos, a isto chama-se 'cartelização', crime que bem sabemos existir, quer no país, quer na Europa. Mas o que interessa saber, mais uma vez, é que medidas pensa o Senhor Secretário Regional propor para identificar e solucionar este problema.

Todo este conjunto de questões não esgotam a complexidade do mundo da pesca mas, em nossa opinião, são centrais, seja para colocar o sector no século em que vivemos (XXI), seja para garantir a justiça social que todas as sociedades democráticas almejam.

A inacção do Governo Regional, em questões de fundo como as que aqui levantámos, aduba, neste sector, aquilo que tem sido apanágio da governação do Partido Socialista, ou seja, o incremento das desigualdades sociais.

Na pesca - como em muitos outros sectores - há uma maioria que, ou não tem pão na mesa, ou sobrevive à míngua, enquanto a uma minoria anafada nada falta!

Horta, 6 de setembro de 2017